



*Poder Judiciário do Estado de Mato
Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
15ª Vara Cível*

EDITAL DE LEILÃO

Importante: Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília (DF)

**15ª Vara Cível
Campo Grande (MS)**

EDITAL de 1ª e 2ª LEILÃO de BENS MÓVEIS expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença sob nº 0061315-36.2011.8.12.0001, para intimação da empresa executada MUDANÇAS TRIUNFO - PIRES TRANSPORTADORA - LTDA (CNPJ Nº 04.530.828/0001-02) por seu representante legal, o Senhor LÚCIO CESAR PIRES VIANA, do depositário dos bens móveis LÚCIO CESAR PIRES VIANA e demais interessados.

O Juiz de Direito da 15ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande – MS, ZIDIEL INFANTINO COUTINHO, na forma da lei, FAZ SABER que, com base o artigo 880 e seguintes do NCPC e conforme regulamentado pelo Provimento CSMTJMS nº 375/2016, por meio do portal www.viaileiloes.com.br, o leiloeiro público oficial nomeado, o Senhor Ilto Antonio Martins leva a público o pregão de venda e arrematação dos bens móveis abaixo descritos, conforme condições de venda constantes do presente edital. No 1ª Leilão, com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local) e término no dia 06 de março de 2017, às 15 horas (14 horas no horário local), entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem móvel no 1ª Leilão, o 2ª Leilão seguir-se-á sem interrupção e término no dia 20 de março de 2017, às 15 horas (14 horas no horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem der o maior lance, não se aceitando seja ele inferior a 60% do valor de avaliação (artigo 25 Parágrafo único do Provimento CSMTJMS nº 375/2016).

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 3º andar - Bloco I - Jardim dos Estados, CEP: 79002-190, fone: 3317-3625, Campo Grande-MS - e-mail: cgr-15vciv@tjms.jus.br

DESCRIÇÃO DOS BENS MÓVEIS E SUAS RESPECTIVAS AVALIAÇÕES:

Item I - 01 (uma) mesa de escritório em melanina, em formato de "L", na cor azul, com acabamento cinza, formada por duas mesas unidas, medidas aproximadas de 1,50x0,75x0,73m. A mesa conta com compartimento para teclado e conta com 03 gavetas.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item I" a ser praxeado, é de R\$ 100,00 (cem reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item II - 02 (duas) cadeiras fixas, tipo diretor, estofados em tecido na cor azul, com braços, estado regular de conservação, estofamento sujo.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item II" a ser praxeado, é de R\$ 60,00 (sessenta reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item III - 01 (um) armário em bom estado de conservação, revestimento em melanina, cor azul, 02 portas e prateleira centrais, medidas aproximadas de 1,30x0,70cm.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item III" a ser praxeado, é de R\$ 100,00 (cem reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item IV - 01 (uma) mesa em melanina para teclado de computador, medindo 0,80x0,75cm, bom estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item IV" a ser praxeado, é de R\$ 30,00 (trinta reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item V - 01 (uma) cadeira fixa tipo secretária, sem braços, estofamento em tecido cor azul, regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item V" a ser praxeado, é de R\$ 20,00 (vinte reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item VI - 01 (um) frigobar, cor branca, marca PROSDÓCIMO, em funcionamento, estado ruim de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item VI" a ser praxeado, é de R\$ 40,00 (quarenta reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item VII - 01 (uma) cadeira giratória tipo presidente, estofado em tecido azul, com acabamento cinza, regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item VII" a ser praxeado, é de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item VIII - 01 (uma) mesa para escritório, em melanina, cor azul, acabamentos cor cinza, 02 gavetas, 1,10x0,73cm aproximadamente, bom estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item VIII" a ser praxeado, é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item IX - 01 (uma) mesa para escritório em formato de "L", em melanina cor azul, medidas aproximadas de 0,80x0,70x0,75cm., compartimento para teclado e 03 gavetas.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item IX" a ser praxeado, é de R\$ 100,00 (cem reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 3º andar - Bloco I - Jardim dos Estados, CEP: 79002-190, fone: 3317-3625, Campo Grande-MS - e-mail: cgr-15vclv@tjms.jus.br

Item X - 02 (duas) cadeiras fixas tipo secretária, sem braços, com estofamento azul, acabamentos cor cinza, estado regular de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item X" a ser praxeado, é de R\$ 40,00 (quarenta reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item XI - 02 (duas) cadeiras, tipo secretária, giratórias, cor azul, acabamentos cor cinza, regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item XI" a ser praxeado, é de R\$ 36,00 (trinta e seis reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item XII - 02 (dois) sofás com 02 lugares cada, com base de ferro, sem braços, estofado cor cinza, regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item XII" a ser praxeado, é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item XIII - 01 (um) arquivo de aço, cor azul, 4 gavetas, regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item XIII" a ser praxeado, é de R\$ 40,00 (quarenta reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

Item XIV - 01 (um) cofre de aço, marca MARTE, segredo mecânico, medidas 1,10x0,78x0,50cm, regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel "Item XIV" a ser praxeado, é de R\$ 100,00 (cem reais) conforme Avaliação de f. 63 dos autos.

ÔNUS SOBRE OS BENS MÓVEIS A SEREM PRACEADOS: Sobre os bens móveis a serem leiloados não constam ônus.

DÉBITOS DE IMPOSTOS: Sobre os bens móveis a serem leiloados não constam débitos de impostos, porém, caso houvessem, estes ficariam sub-rogados no preço, nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o arrematante.

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EXECUTADA:

Há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome da executada, sendo:

Vara de Execução Fiscal, Processo: 0265745-57.2005.8.12.0001, Ação Execução Fiscal, Assunto: Crédito Tributário, Exequente: Município de Campo Grande (MS);
5ª Vara Cível, Processo 0019927-95.2007.8.12.0001, (Suspensão) Ação Execução de Honorários, Exequente: Eliezer Melo Carvalho;

Vara de Execução Fiscal, Processo: 0000121-40.2008.8.12.0001, Ação Execução Fiscal, Assunto: Crédito Tributário, Exequente: Município de Campo Grande (MS);

Vara de Execução Fiscal, Processo: 0902752-29.2008.8.12.0001, Ação Execução Fiscal, Assunto: Crédito Tributário, Exequente: Município de Campo Grande (MS);

Vara de Execução Fiscal, Processo: 0900660-44.2009.8.12.0001, Ação Execução Fiscal, Assunto: Crédito Tributário, Exequente: Município de Campo Grande (MS);

Vara de Execução Fiscal, Processo: 0901729-14.2009.8.12.0001, Ação Execução Fiscal, Assunto: Crédito Tributário, Exequente: Município de Campo Grande (MS);

8ª Vara Cível, Processo 0009562-40.2011.8.12.0001, Ação Execução de Título Extrajudicial, Assunto: Nota Promissória, Exequente: Luis Oliveira da Silva;

Vara de Execução Fiscal, Processo 0900534-23.2011.8.12.0001, Ação Execução Fiscal, Assunto: Dívida Ativa, Exequente: Município de Campo Grande (MS);

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 3º andar - Bloco I - Jardim dos Estados, CEP: 79002-190, fone: 3317-3625, Campo Grande-MS - e-mail: cgr-15vciv@tjms.jus.br

15ª Vara Cível, Processo 0061314-51.2011.8.12.0001, Ação Cumprimento de Sentença, Assunto: Honorários Advocatícios, Requerente: Defensoria do Estado de Mato Grosso do Sul;

15ª Vara Cível, Processo 0061315-36.2011.8.12.0001, Ação Cumprimento de Sentença, Assunto: Pagamento, Requerente: Miguel Oliveira da Silva;

14ª Vara Cível, Processo 0063691-92.2011.8.12.0001, Ação Cumprimento de Sentença, Assunto: Juros, Requerente: André de Lima Oliveira;

14ª Vara Cível, Processo 0007881-98.2012.8.12.0001, Ação Cumprimento de Sentença, Assunto: Honorários Advocatícios, Requerente: Djanir Correa Barbosa Soares;

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual, Processo 0032115-47.2012.8.12.0001 (suspense) Ação: Execução Fiscal, Assunto: Dívida Ativa, Exequirente: Estado de Mato Grosso do Sul;

Vara de Execução Fiscal, Processo 0904911-03.2012.8.12.0001, Ação: Execução Fiscal, Assunto: Dívida Ativa, Exequirente: Município de Campo Grande (MS);

Vara de Execução Fiscal, Processo 0200121-56.2008.8.12.0001, Ação: Execução Fiscal, Assunto: Dívida Ativa, Exequirente: Município de Campo Grande (MS);

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual, Processo 0811959-34.2014.8.12.0001, Ação Execução Fiscal, Assunto: Dívida Ativa, Exequirente: Estado de Mato Grosso do Sul;

Vara de Falências Recuperações, Insolvências e Carta Precatória Cíveis, Processo 0022246-21.2016.8.12.0001, Ação Carta Precatória Cível, Assunto: Citação, Requerente: Nivaldo Oliveira de Carvalho.

ACÇÕES FEDERAIS EM NOME DA EXECUTADA:

Há registros de Distribuição de Feitos Federais em nome da executada, sendo:

Vara de Execução Fiscal, Processo: 0002163-05.2002.403.6000 6, Ação Execução Fiscal, Assunto: Crédito Tributário, Exequirente: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Campo Grande (MS);

Vara de Execução Fiscal, Processo: 0007585-43.2011.403.6000 6, Ação Execução Fiscal, Assunto: Crédito Tributário, Exequirente: Agência Nacional de Transportes Terrestres – Campo Grande (MS);

Não consta dos autos haver recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem a ser arrematado.

ESTADO DOS BENS MÓVEIS: Os bens móveis se acham depositados com o Senhor, Lúcio Cesar Pires Viana, no endereço: Rua São Martinho, nº 88, Vila Progresso, em Campo Grande (MS) e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

CONDIÇÕES DE VENDA:

- 1) O(s) bem (ns) será (ão) vendidos no estado de conservação em que se acha (m) sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes do pregão (artigo 18 do Provimento CSMTJMS nº 375/2016);
- 2) O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supraindicados;
- 3) Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação no primeiro pregão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá até o seu fechamento no dia e hora previsto neste Edital (artigo 25 do Provimento CSMTJMS nº 375/2016);

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 3º andar - Bloco I - Jardim dos Estados, CEP: 79002-190, fone: 3317-3625, Campo Grande-MS - e-mail: cgr-15vclv@tjms.jus.br

- 4) Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (artigo 25, Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 5) Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance durante os 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos, contados da última oferta, e assim sucessivamente, até a permanência por 3 (três) minutos sem receber outra oferta, quando se encerrará o pregão (artigo 24 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 6) Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no portal www.vialeiloes.com.br e serão imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lances por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (artigo 27, Parágrafo Único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 7) Somente serão aceitos lances superiores ao lance corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;
- 8) A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante será no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance, e ser-lhe-á paga diretamente, por depósito bancário. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado. (artigo 10 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 8.1) se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 9) Homologado o lance vencedor, o sistema Via Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo do processo (artigo 28 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 10) O pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892) salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (artigo 29 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);
- 11) A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (artigo 30 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);
- 12) Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (artigo 31 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);
- 13) O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tomada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado à novo leilão à custa do exequente (artigo 892, parágrafo 1º, do NCPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente, fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro;
- 14) O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 3º andar - Bloco I - Jardim dos Estados, CEP: 79002-190, fone: 3317-3625, Campo Grande-MS - e-mail: cgr-15vciv@tjms.jus.br

Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, artigo 23 da LEF e art. 32 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

15) Eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional);

16) O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “ad corpus” (artigo 500, § 3º, do Código Civil) não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente;

17) O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is) no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is);

18) Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão do leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;

19) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretroatível, ainda que venham ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tomada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 e seus incisos, do Novo Código de Processo Civil;

20) Havendo oposição de Embargos à Arrematação, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

21) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s) o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “ordem de entrega”;

22) As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil, o Provimento CSM/TJMS nº 375/2016 e os artigos 335 e 358 do Código Penal.

LEILÃO ELETRÔNICO: O leilão será realizado pelo leiloeiro público oficial, o Senhor Ilto Antônio Martins, Matrícula nº 12 da JUCEMS, de forma integralmente eletrônica pela gestora Absolutta em Gestão de Ativos Eireli - EPP, por intermédio do portal www.vialeiloes.com.br.

PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O(s) valor(es) do(s) bem(is) arrematado(s) deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela VIA LEILOES (obtida diretamente no site www.vialeiloes.com.br no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do leiloeiro através do pagamento de boleto na rede bancária, ou por transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta-corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Absolutta em Gestão de Ativos Eireli -EPP, CNPJ 17.533.268/0001-91, Banco 104 – Caixa Econômica Federal, Agência 1464, Conta-Corrente nº 2936-0.

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 3º andar - Bloco I - Jardim dos Estados, CEP: 79002-190, fone: 3317-3625, Campo Grande-MS - e-mail: cgr-15vciv@tjms.jus.br

PAGAMENTO PARCELADO:

O(s) interessado(s) em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem, por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por meio de caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe o artigo 896, incisos I e II e seus parágrafos do CPC.

A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo 895, 5º do CPC.

OBSERVAÇÕES:

1) Em até 5 horas após o encerramento do leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).

2) O arrematante deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento ao cartório judicial, por meio de petição.

3) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

ADJUDICAÇÃO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se o executado, após a abertura da coleta de lances para o primeiro pregão pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826 do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento até a data e hora designadas para o leilão, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do pagamento, devida ao leiloeiro.

ACORDO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão do leilão, fica o executado obrigado a pagar a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do acordo, devida ao leiloeiro.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: pessoalmente perante 15ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Campo Grande/MS, situada na Rua Da Paz, 14, 3º andar, Bloco I, Jardim dos Estados, CEP: 79.002-190, cidade de Campo Grande/MS, ou no escritório da Gestora Absolutta em Gestão de Ativos Eireli - EPP (VIA LEILOES) localizada na Rua Alagoas, 396, 10º andar, Sala 1006, Condomínio Atrium Corporate - Jardim dos Estados, CEP: 79020-120, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelos telefones (067) 3321-7262, (067) 3026-7263 ou (067)

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 3º andar - Bloco I - Jardim dos Estados, CEP: 79002-190, fone: 3317-3625, Campo Grande-MS - e-mail: cgr-15civ@tjms.jus.br

3026-9999, e-mail: sac@vialeiloes.com.br, ilto@vialeiloes.com.br e no site www.vialeiloes.com.br.

fls. 97

Todas as condições e regras deste leilão encontram-se disponíveis no portal www.vialeiloes.com.br.

Ficam: a executada, por seu representante legal, o depositário dos bens móveis e demais interessados INTIMADOS das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal.

Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.
Campo Grande (MS).

Eu, _____, Analista Judiciário, digitei.
Eu, _____, Escrivão, conferi e subscrevi.


ZIDIEL INFANTINO COUTINHO
Juiz de Direito

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 3º andar - Bloco I - Jardim dos Estados, CEP: 79002-190, fone: 3317-3625, Campo Grande-MS - e-mail: cgr-15vciv@tjms.jus.br



CERTIDÃO CARTORÁRIA

Autos nº 0061315-36.2011.8.12.0001

Ação: Cumprimento de Sentença

Autor: Miguel Oliveira da Silva

Réu: Mudanças Triunfo - Pires Transportadora Ltda

CERTIFICO para os devidos fins que o edital de leilão de fs. 90/97 foi afixado no átrio do Fórum local. Certifico, ainda, que foi criada a subconta nº 484.315. Eu, Hélio Francisco Andrade Olanda, Analista Judiciário, digitei e assino.

Campo Grande/MS, 18 de janeiro de 2017.

Hélio Francisco Andrade Olanda
Analista Judiciário
ASSINADO POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL